

Caras/os representantes do movimento #FicaEspanhol,

Em primeiro lugar, gostaríamos de parabenizá-las/os pelo belíssimo movimento, de inegável relevância e legitimidade.

Somos um coletivo de professoras, professores e estudantes de várias línguas estrangeiras/adicionais, de diferentes estados brasileiros, aqui representadas/os pelas associações que assinam esta carta, por meio da qual queremos propor um diálogo e uma colaboração mais próximos com o Movimento.

Como sabemos, o Brasil é um país de dimensões continentais, que faz fronteira, na maior parte de seu território, com países que têm o espanhol como língua oficial, assim como com países de língua francesa, inglesa e holandesa. É inegável a relação existente entre o Brasil e essas línguas, que, no entanto, não dão conta de toda a complexidade linguística presente no território nacional. De fato, longe de ser monolíngue, o Brasil é um país em que diversas línguas são faladas, línguas de sinais, línguas crioulas, de imigração, dos povos originários. Essa diversidade, é claro, se reflete no espaço escolar e nas línguas que nele são ofertadas. Com efeito, além do inglês e do espanhol, que, sem dúvida alguma, são as mais presentes em nossas escolas e contam com o maior número de professores habilitados para ensiná-las na educação básica, outras línguas, como é o caso do alemão, do francês e do italiano, estão atualmente presentes nos currículos escolares. E nossa convicção é de que essa diversidade, fundamental para a formação de nossas/os estudantes, precisa continuar existindo.

No entanto, vimos, a partir de 2016, a progressiva e significativa restrição dessa possibilidade de coexistência das diferentes línguas na Educação Básica, em virtude da MP 749, convertida posteriormente na Lei 13.415/2017, e do processo de implementação da BNCC. Em oposição a essas políticas, várias foram as ações de associações de professores de línguas, sendo as do movimento #FicaEspanhol aquelas de maior abrangência, expressividade e continuidade. De todo modo, houve também mobilizações, mesmo que mais pontuais, de professores de outras línguas, como as dos professores de alemão quando das audiências públicas da BNCC ou a dos professores de francês do Amapá, pela continuidade da oferta desse idioma no estado. Nessas ações, lutamos, professoras, professores e estudantes de alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e demais línguas, por uma escola plurilíngue, em que a coexistência das diversas línguas esteja garantida.

O #FicaEspanhol, além de ampla mobilização nas redes sociais e, quando era possível, em diversos outros espaços, iniciou um diálogo com parlamentares de diversos estados, assim como em nível nacional, com o legítimo objetivo de assegurar a oferta dessa língua, importante em nosso contexto geográfico. No entanto, algumas dessas ações, ao buscarem assegurar a obrigatoriedade do espanhol, ao lado da língua inglesa, acabam por cercar o espaço das outras línguas, deixando-as, assim, em uma situação ainda mais fragilizada, tal como vem acontecendo com o próprio espanhol, desde 2016, quando o inglês foi imposto.

Conhecemos a realidade da Educação Básica brasileira e sabemos que, infelizmente, a maior parte dos estabelecimentos de ensino - sobretudo os públicos - não poderia ofertar mais de duas línguas adicionais. Assim, a obrigatoriedade de oferta de duas línguas específicas, caso ocorra, mesmo que apenas no EM, única etapa em que já há além do inglês a previsão de uma segunda língua, irá certamente acarretar a demissão de professores das outras línguas, nos lugares em que são atualmente ofertadas, diminuirá drasticamente a presença dessas línguas em território nacional e poderá, inclusive, a médio e longo prazo, impactar na oferta de cursos de Licenciatura em Letras, como bem nos alertou o professor Ricardo Abreu, em debate organizado e promovido pelo Movimento #FicaEspanhol, sendo a educação brasileira e seus estudantes os maiores prejudicados.

Desse modo, gostaríamos de dialogar e atuar em colaboração com o movimento, na tentativa de pensar em propostas e ações que visem a garantir também a permanência e o fortalecimento da oferta das demais línguas, sobretudo naqueles contextos em que já se encontram presentes, mas mantendo o espaço de protagonismo que a língua espanhola já possui e continuará possuindo, tendo em vista as características geolinguísticas do Brasil.

Destacamos que não se trata, obviamente, de querer ocupar o lugar que a língua espanhola ou a língua inglesa já ocupam, mas de querer que a lei garanta que as demais línguas possam continuar a ser ofertadas onde assim já acontece, bem como que não seja impedida sua potencial expansão, nos locais em que seja significativo e haja interesse da comunidade escolar. Temos certeza de que a obrigatoriedade de oferta de uma segunda Língua Estrangeira, sem que esta esteja pontualmente definida, no lugar da atual mera possibilidade de oferta, não mudaria o fato de o espanhol continuar sendo, na grande maioria das vezes, a língua escolhida. Ao não se nomear no texto da lei uma língua específica, em detrimento de todas as outras, evita-se um possível impedimento legal do oferecimento dessas outras línguas, que prejudicaria sobremaneira as escolas e a pluralidade de opções.

Nossa certeza de que o protagonismo do espanhol estaria assegurado se dá por diversos motivos: por sua importância no contexto da América Latina; pelo fato de muitas escolas já terem o espanhol em sua grade; pelo quantitativo de professores de espanhol habilitados em todo território nacional; pelo fato de haver um número mais reduzido de professores de outras línguas e de escolas que já ofertam essas línguas; pela quantidade de cursos de licenciatura com habilitação em Língua Espanhola, o que não acontece na mesma proporção com as outras línguas, entre outros.

Por fim, acreditamos que um diálogo e uma mobilização conjunta de professores de língua espanhola e de outras línguas adicionais fortalecem nossa luta por uma educação plurilíngue e aumentam as possibilidades de aprovação dos projetos de lei hoje em tramitação ou mesmo de criação de novos projetos, que valorizem e promovam o plurilinguismo na Educação Básica que é certamente o desejo de todas e todos nós.

Deixamos aqui nosso convite para o diálogo e gostaríamos de propor o agendamento de uma conversa, se possível ainda na próxima semana, entre os diferentes movimentos e associações.

Cordialmente,

Associação Brasileira dos Professores de Italiano (ABPI)

Associação de Professores de Alemão do Rio de Janeiro (Apa-Rio)

Associação de Professores de Francês do Amapá (APROFAP)

Associação de Professores de Francês do Estado do Rio de Janeiro (APFERJ)

Federação Brasileira dos Professores de Francês (FBPF)

Fórum de Professores de Francês do Estado do Rio de Janeiro (FBPF)